



## O Acesso à Justiça e inclusão social da pessoa com transtorno do espectro autista

Autor(es): Ariane Cristina Soares Rubim

### O ACESSO À JUSTIÇA E INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

**Introdução:** O autismo é uma deficiência com pouca visibilidade na sociedade, à qual vive rodeada de preconceito pela falta de conhecimento e informação. Com o passar do tempo os autistas vêm adquirindo direitos mais específicos, como, por exemplo, a Lei 12.764/12 (Política Nacional de proteção dos direitos de pessoa com transtorno do espectro autista), mas o problema é que esses direitos não possuem implementação, muitas vezes por causa da falta de zelo do governo ou por falta de conhecimento e apropriação dos direitos pela população. Infelizmente o que é oferecido aos autistas hoje é pouco, mesmo eles tendo todos os seus direitos garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A inclusão social é um requisito importante quando se fala em autismo, através dela possuem a chance de desenvolvimento. A CRFB/1988 tem como base o princípio da igualdade, tendo-se também os direitos fundamentais, a exemplo dos direitos sociais fundamentais (trabalho, instrução e saúde), tem-se uma variedade de direitos e garantias que servem muito bem para a efetivação da inclusão social, o papel do acesso à justiça visa conferir condições para a apropriação e conhecimento dos direitos, uma forma de defesa e garantia, para uma melhor harmonização da convivência social. **Objetivo:** Analisar e apresentar o conceito de acesso à justiça, como garantia dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, expondo o conceito de TEA, e qual a influência do direito na inclusão social dos autistas. **Metodologia:** Utiliza-se a via exposição oral, através de palestras expositivas dialogais, por intermédio do programa S.A.J. Itinerante do Curso de Direito/Unimontes, o qual está estritamente vinculado à extensão da Unimontes, sendo o trabalho realizado principalmente em escolas públicas, informando e conscientizando crianças e adolescentes. **Resultados:** Através das palestras expositivas dialogais, é constatado um desconhecimento por parte da comunidade referente ao autismo e os direitos que a eles são garantidos, e nota-se que o tema desperta a curiosidade dos ouvintes, sendo de extrema relevância a conscientização a respeito da inclusão social do autista e o conhecimento dos seus direitos, colocando em prática o acesso à justiça. **Conclusão:** A conscientização se faz mais que necessária, pois, quando a comunidade tem informação e conhecimento a respeito do tema é feita uma inclusão verdadeira do autista, tendo assim um efetivo acesso à justiça.